



TRADUÇÃO



## **Interseccionalidade:** observações marxistas críticas

Martha E. Gimenez, Department of Sociology, University of Colorado, Boulder

Maynara Santos, Universidade Federal de Campina Grande (UFGC)

Resumo: Martha E. Gimenez é uma professora argentina emérita de sociologia na Universidade do Colorado, em Boulder, que desenvolve pesquisa sobre reprodução social e relações de gênero, raça e etnia. Autora de *Marx, Women, and Capitalist Social Reproduction Marxist Feminist Essays* (2019), Gimenez também é uma relevante teórica do feminismo marxista. Seu texto em questão, *Intersectionality: critical marxist observations* (2018) foi originalmente publicado no volume 82, nº 2, da *Science & Society Journal* no Simpósio sobre interseccionalidade, que conta com a contribuição de outras renomadas teóricas do feminismo marxista sobre o tema.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. Gênero. Feminismo. Feminismo Marxista.

---



## I

O que é interseccionalidade? É uma teoria? É um método? Na melhor das hipóteses, é uma abordagem descritiva que, através da investigação empírica, pode determinar a contribuição relativa dos fatores que interessam ao investigador (gênero, etnia, origem nacional) para os problemas ou questões que afetam os sujeitos da investigação. Pode assim ser recolhida uma grande quantidade de informação que, em condições favoráveis, pode potencialmente servir de base para políticas sociais, mudanças organizacionais, prestação de serviços sociais, e assim por diante. Além de servir os interesses acadêmicos dos seus praticantes, a investigação interseccional pode ser potencialmente útil numa variedade de contextos institucionais.

O significado da interseccionalidade é capturado por afirmações como estas: “As localizações de classe, em intersecção com raça/etnia e sexualidade, moldam os projetos de sobrevivência das mulheres” (Brenner, citado em Russell, 2007, p. 33); “Gênero, classe, raça/etnia e sexualidade são fatores na vida das mulheres” (Russell, 2007, p. 34).

Estas declarações assumem que a raça/etnia, a sexualidade e outras identidades são sempre social e economicamente relevantes e são sempre interseccionais e significativas nos seus efeitos sobre a vida de todas as mulheres. Aplicam-se às mulheres em geral, ou seja, a todas as mulheres, em todas as classes. Eles também se aplicam aos homens. Esta ideia de que todos estão localizados na intersecção de identidades é um truísmo, na medida em que regista o fato de que, numa sociedade complexa e heterogênea como a dos Estados Unidos, os acadêmicos e os meios de comunicação social tomam como certo que todos podem ser classificados de acordo com a essas categorias, e presume-se que essas categorias também sejam relevantes para os próprios sujeitos da pesquisa e para todos que vivem nesta sociedade.

## II

A interseccionalidade é o culminar lógico da crítica das primeiras teorias feministas, que surge das análises políticas e teóricas das mulheres negras e dos tratamentos pós-modernos do tema. A crítica das afirmações sobre as mulheres em geral (por exemplo, “a irmandade é poderosa”), se tivesse levado a sério a teoria marxista sobre a classe, teria produzido resultados muito diferentes. A tendência para universalizar a experiência das mulheres brancas da classe média poderia ter sido contrariada com um enfoque nas diferenças de localização de classe que,



embora dividindo as mulheres com base na classe, cria uma comunhão subjacente de interesses econômicos e políticos entre as mulheres da mesma classe, independentemente das diferenças raciais, étnicas e outras. A consciência da situação de classe das mulheres e dos problemas e oportunidades associados à situação de classe poderia ter sido utilizada como base para a investigação que examina a forma como os impactos da classe são afetados, intensificados ou minimizados, por exemplo, pelo gênero, raça, etnia e estatuto de cidadania, e a forma como os empregadores capitalistas podem manipular as divisões raciais, étnicas e outras entre as mulheres da classe trabalhadora no seu próprio interesse, por exemplo, para pagar salários mais baixos.

### III

A reação inicial contra a noção abstrata de mulher que caracterizou a teoria feminista anterior levou ao aparecimento da trilogia – a perspectiva de raça, gênero e classe que postulava os seus efeitos mútuos e oferecia uma variedade de metáforas para descrever a forma como atuavam em conjunto: opressão tripla, interação, inter-relação, interconexão e muitos outros. Eventualmente, a intersecção tornou-se a metáfora da escolha, tornando-se finalmente “interseccionalidade”, expandindo a trilogia para incluir o número crescente de opressões e identidades em torno das quais setores da população se organizaram na procura de direitos sociais e econômicos. Os estudos de interseccionalidade tornaram-se não apenas o núcleo da investigação feminista, mas também a abordagem preferida nas ciências sociais. Do ponto de vista da teoria marxista, a interseccionalidade é uma ideologia poderosa que obscurece o significado e a importância das classes e das relações de classe, mesmo entre aqueles que deveriam melhor saber. Por exemplo, um cientista social cujas publicações podem levar alguém a considerá-lo conhecedor da teoria marxista afirma que “não faz sentido falar sobre classe sem deixar claro que é um retrocesso falar sobre classe sem falar sobre gênero e raça” (Yates, 2006, p. 115, citado em Russell, 2007, p. 34).

Em si mesma, esta afirmação não faz sentido porque não especifica o nível de análise em que é apropriado considerar a classe em conjunto com o gênero e a raça. Um problema fundamental inerente à fidelidade cega à ideologia da interseccionalidade é a negligência da complexidade da teoria marxista. Essa negligência só é compreensível entre as feministas e os cientistas sociais que rejeitam Marx e a teoria marxista ou têm apenas um conhecimento superficial da obra de Marx e dos



estudos marxistas. Não se trata de distinguir entre níveis “micro” e “macro” de análise, mas de diferenciar entre o nível abstrato de análise da teoria do modo de produção capitalista, tal como é descrita em *O Capital*, por exemplo, e o nível histórico de análise das formações sociais, ou seja, o nível de análise de um país ou região específicos onde o capitalismo é o modo de produção dominante. Trata-se também de reconhecer a historicidade, ou seja, a origem capitalista das identidades, categorias de análise ou “eixos de desigualdade” assumidos, cujas “intersecções” constituem o fundamento da interseccionalidade. Mulheres e homens, abstratamente considerados, têm uma existência trans-histórica. A que nível de desenvolvimento capitalista, e em que condições historicamente específicas, é possível argumentar que as mulheres são oprimidas “enquanto mulheres”? Qual é a relação entre a acumulação capitalista, a escravatura, o surgimento da ideologia racial e a noção de raça?

Quando se examina a classe ao nível da análise do modo de produção capitalista, não faz sentido ter em conta o gênero, a raça ou outras formas de opressão. A classe é cega em relação à identidade. Longe de ser um erro, ou um problema que precisa de ser corrigido, esta “cegueira” indica que a lógica das relações de classe, da exploração e da acumulação de capital é indiferente às características individuais reais dos capitalistas e dos trabalhadores. A este nível de análise, o que importa para os capitalistas é que o trabalho excedente possa ser extraído dos trabalhadores, quaisquer que sejam as suas identidades imputadas ou reconhecidas; os próprios capitalistas, independentemente dessas identidades, devem comportar-se como capitalistas, tomando decisões racionais sobre a utilização da tecnologia, a automatização, a localização dos investimentos, a externalização, o despedimento de trabalhadores, etc., a fim de manterem a rentabilidade das suas empresas. A localização de classe impõe os seus encargos e abre possibilidades tanto aos trabalhadores como aos capitalistas; para ambos, é uma questão de sobrevivência econômica. Para tornar a questão mais concreta, não se pode esperar que as mulheres, os negros e os capitalistas “hispanicos” se comportem de forma diferente dos seus homólogos brancos. Os capitalistas, sejam eles da América Latina, da Ásia ou de África, são tão impiedosos como os capitalistas ocidentais “brancos”. Os trabalhadores brancos do sexo masculino, embora os seus salários possam ser mais elevados, são tão explorados como as mulheres e os trabalhadores não brancos, no sentido em que o excedente que produzem lhes é retirado.



Ao nível da análise da formação social (por exemplo, os Estados Unidos), os agregados de indivíduos que partilham a mesma localização de classe são divididos em termos de uma variedade de critérios como o gênero, a raça, a origem nacional, o estatuto de cidadania, a orientação sexual, o estado civil, a etnia, a religião, etc. A cada uma destas divisões corresponde uma ideologia que as reifica, dotando-as de uma realidade que transcende a história e espelha os lugares-comuns da sociologia funcionalista; por exemplo, em todas as sociedades existem famílias, gênero, religião, divisões raciais e étnicas, etc.

#### IV

A trilogia, desenvolvida em resposta às críticas das feministas negras e latinas, teve o mérito de manter viva a consciência de que a raça, o gênero e a classe como categorias de análise provinham das lutas dos anos 60 contra a desigualdade, a opressão e a exploração. Mas a desconexão entre estas lutas e os seus fundamentos de classe não reconhecidos e a redução da classe a uma identidade individual conduziram, politicamente, às lutas pelos direitos civis, às lutas pela igualdade de acesso ao emprego, à igualdade de participação social e política e assim por diante; no plano acadêmico, levou ao aparecimento de teorias da opressão cujo ponto de partida era a ideia de que a opressão era irreduzível à classe. Um exemplo desta ideia:

Todas as feministas socialistas veem a classe como central na vida das mulheres, mas ao mesmo tempo nenhuma reduziria a opressão sexual ou racial à exploração econômica. E todas nós vemos estes aspectos das nossas vidas como inseparável e sistematicamente relacionados; por outras palavras, a classe é sempre gênero e raça. (Holmstrom, citado em Russell, 2007, p. 34)

O que é que significa dizer que a classe é central na vida das mulheres? Não é também central na vida dos homens? E não é central para todos os que vivem numa sociedade capitalista, independentemente do seu gênero e raça? Serão todos os aspectos da opressão irreduzíveis à classe? Por exemplo, as mulheres da classe trabalhadora e as mulheres pobres não são oprimidas quando lhes é negado, através de custos e medidas legislativas, o controle sobre a sua vida reprodutiva, enquanto as mulheres ricas não são afetadas? E é interessante que a classe seja tacitamente entendida, na declaração de Holmstrom, como a classe trabalhadora. No entanto, a classe é mais do que exploração; a classe é também um terreno onde se desenvolvem padrões culturais, onde os membros das diferentes classes se reproduzem diária e geracionalmente; além disso, a classe é também central na vida das mulheres capitalistas,



bem como na vida das mulheres abastadas. É a fonte dos seus privilégios e da sua capacidade de subcontratar a maior parte do trabalho que a manutenção da sua casa e dos seus filhos exige a trabalhadores domésticos remunerados, que tendem a ser maioritariamente mulheres, muitas vezes sem documentos ou não brancas. Por último, o que significa dizer que “a classe é sempre de gênero e de raça”? Qual é a natureza das relações “inseparáveis” e “sistemáticas” entre classe, raça e gênero?

## V

A interseccionalidade não só alarga o número de “eixos de opressão” para além da trilogia, como solidifica a sua presença na consciência coletiva americana, cega à classe nas suas dimensões teóricas e históricas, mas extremamente consciente e aceitadora das diferenças de gênero, raciais, étnicas, de estatuto de cidadania, de origem nacional, de capacidade e outras que justificam ideologicamente a persistência da desigualdade. A investigação sobre a natureza elusiva das intersecções entre opressões pode ter valor académico e de consciencialização, mas pouco mais. O principal valor da interseccionalidade é ideológico, pois reforça as divisões no seio da classe trabalhadora, colocando os trabalhadores uns contra os outros, exacerbando o sexismo, o racismo, a xenofobia e o nacionalismo.

Escrevendo sobre raça e racismo, Fields afirma:

Nada do que foi transmitido pelo passado poderia manter a raça viva se não a reinventássemos e re-ritualizássemos constantemente para se adaptar ao nosso próprio terreno. Se a raça continua viva hoje, só o pode fazer porque continuamos a criá-la e a recriá-la na nossa vida social, continuamos a verificá-la e, por isso, continuamos a precisar de um vocabulário social que nos permita dar sentido, não do que os nossos antepassados fizeram nessa altura, mas do que nós próprios escolhemos fazer agora. (Fields, 1990, p. 118)

A presença onipresente da interseccionalidade é a forma como hoje em dia criamos e recriamos as divisões raciais, de gênero e outras que ofuscam a importância crucial da classe como fonte da maioria das queixas que os indivíduos percebem através das lentes das opressões. Vivemos em tempos de convulsões económicas à medida que o capital global destrói “aristocracias do trabalho” e reduz alguns setores das classes trabalhadoras às condições do século XIX. É em tempos como estes que “...é necessário distinguir entre a transformação material das condições económicas das condições de produção... e a transformação jurídica, política, religiosa, artística ou filosóficas, em



suma, ideológicas, nas quais os homens tomam consciência deste conflito e o travam” (Marx, 1970, p. 21).

As identidades, quer em si mesmas, quer reunidas sob a forma de identidades complexas ou interseccionais, são a forma ideológica do momento através da qual a maioria das pessoas toma consciência dos seus problemas e, aos seus olhos, das suas causas; por exemplo, os homens da classe trabalhadora desempregados ou em mobilidade descendente culpam as mulheres, os imigrantes, os trabalhadores não brancos. Nos Estados Unidos, os esforços bem sucedidos da direita para erradicar a classe, a consciência de classe e a política de classe da ideologia política, e os esforços bem sucedidos da esquerda para evitar o “reducionismo de classe” e o “determinismo econômico”, juntaram-se para desviar a atenção política e teórica da classe – como fundamento estrutural do capitalismo, como uma relação a nível macro e como uma localização social independente da consciência dos indivíduos – para a variedade de características individuais utilizadas pelos capitalistas para dividir a força de trabalho, criar distinções iníquas que colocam os trabalhadores uns contra os outros e contribuir para minar o seu potencial para se unirem em lutas por uma maior parte do excedente que produzem. O resultado foi a política de direitos civis, a ascensão dos novos movimentos sociais e a fragmentação das lutas políticas agora centradas nas várias características individuais que os empregadores, as comunidades e as instituições utilizam para excluir, oprimir, estigmatizar e explorar economicamente as trabalhadoras e os trabalhadores, ou seja, a sexualidade, o gênero, a raça, a etnia, o estatuto de cidadania, etc.

Ao contrário das políticas de classe, excluídas da política americana desde o rescaldo da Segunda Guerra Mundial, as políticas de identidade não ameaçam o sistema; de fato, estas são as políticas daqueles que procuram ser admitidos no sistema através de leis que declaram ilegal a discriminação, em áreas importantes da vida social e econômica, contra as mulheres, as minorias raciais e étnicas, as minorias sexuais, etc. As lutas contra a discriminação são importantes e o seu êxito abriu oportunidades para os indivíduos que pertencem aos grupos discriminados. No entanto, a classe e os seus efeitos podem ser ignorados, mas não eliminados; o reconhecimento generalizado, na política, nos meios de comunicação social e na cultura de massas, dos problemas e dos êxitos das mulheres e dos não brancos, juntamente com o silêncio sobre o destino da classe trabalhadora como um todo – que



inclui a maioria das mulheres e membros de minorias raciais e étnicas – contribuiu dialeticamente para cristalizar a autoidentificação racial da classe trabalhadora branca, já alimentada pelo oportunismo dos políticos conservadores antes da ascensão do Trumpismo.

Os resultados das eleições de 8 de novembro de 2016 mostram, no entanto, o lado perigoso da política de identidade e o que acontece quando as divisões raciais, de gênero e outras suplantam a classe no discurso político dominante e as pessoas são encorajadas a encontrar o seu valor não no trabalho que fazem, mas na sua nacionalidade, na sua ascendência europeia, na sua religião, nos bens de consumo que podem comprar e na cor da sua pele. Ambos os candidatos presidenciais apelaram à identidade da sua base política; o candidato liberal apelou às minorias raciais e étnicas, às mulheres e aos eleitores LGBT, com referências ocasionais à criação de empregos para a “classe média”, um dos eufemismos que os políticos utilizam para se referirem à classe trabalhadora. O candidato que ganhou, com o apoio de dois terços dos eleitores brancos sem diploma universitário e 80% dos evangélicos brancos (Lilla, 2016, p. 2), apelou à classe trabalhadora a classe trabalhadora deixados para trás pelas políticas comerciais e pela globalização, centrando-se tacitamente na classe trabalhadora branca através de uma retórica xenófoba, anti-imigrante e racista. Isto não significa que todos os trabalhadores brancos sejam racistas e Lilla (2016) defende este ponto de uma forma clara e instigante:

A obsessão [liberal] com a diversidade encorajou os americanos brancos, rurais e religiosos a pensar em si próprios como um grupo desfavorecido cuja identidade está a ser ameaçada ou ignorada. Não estão a reagir contra a realidade da nossa América diversificada [mas] contra a onipresente retórica da identidade... Os liberais devem ter em mente que o primeiro movimento identitário na política americana foi o Ku Klux Klan, que ainda existe. (Lilla, 2016, p. 5, grifo da autora)

Não estou defendendo que a hegemonia da política de identidade nos Estados Unidos se deve à interseccionalidade; defendo que, juntamente com a sua forma anterior, a trilogia raça, gênero e classe, a interseccionalidade apoia ou legitima a política de identidade. Como salienta Lilla, “a fixação na diversidade nas nossas escolas e na imprensa produziu uma geração de liberais e progressistas narcisisticamente inconscientes das condições fora dos seus grupos autodefinidos e indiferentes à tarefa de chegar aos americanos em todos os sectores da vida” (Lilla, 2016, p. 2). De acordo com Heller, o “vocabulário necessário é adquirido na faculdade. Se o novo ativismo universitário tem um



paradigma central, é a interseccionalidade” (Heller, 2016, p. 30). Dado o enraizamento acadêmico da interseccionalidade, é improvável que esta e outras críticas possam eventualmente ter algum efeito, quer sobre a contínua hegemonia acadêmica e cultural da interseccionalidade, quer sobre a política de identidade. A alternativa à interseccionalidade é o regresso à classe, reconhecendo a natureza de classe da sociedade americana e as relações de opressão que a fragmentam, através da elaboração de um discurso político diferente que una, em vez de dividir: não somos homens, mulheres, negros, latinos ou latinas, etc.; somos homens da classe trabalhadora, mulheres negras da classe trabalhadora, latinos da classe trabalhadora, etc. Assim, a identidade seria trazida de volta das alturas da teoria para a materialidade da vida das pessoas. A ascensão dos nacionalismos e da política de extrema-direita na Europa e nos EUA deve alertar-nos para a necessidade de ir além da interseccionalidade, além da política de identidade; de acabar, de uma vez por todas, a “retirada da classe” (Wood, 1986).

## Referências

BRENNER, Johanna (comp.). Intersections, Locations, and Capitalist Class Relations: intersectionality from a marxist perspective. In: HOLMSTROM, Nancy. **The Socialist Feminist Project: a contemporary reader in theory and politics**. New York: Monthly Review Press, 2003. p. 336-348.

FIELDS, Barbara. Slavery, Race and Ideology in the United States of America. **New Left Review**, London, v. 181, n. 1, p. 95-118, 1990.

HELLER, Nathan. **The New Activism of Liberal Arts Colleges**. 2016. The New Yorker. Disponível em: <https://www.newyorker.com/magazine/2016/05/30/the-new-activism-of-liberal-arts-colleges>. Acesso em: 09 jun. 2020.

HOLMSTROM, Nancy. Introduction. In: HOLMSTROM, Nancy. **The Socialist Feminist Project: a contemporary reader in theory and politics**. New York: Monthly Review Press, 2003. p. 1-12.

LILLA, Mark. The End of Identity Liberalism. **The New York Times**. New York, 18 nov. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/20/opinion/sunday/the-end-of-identity-liberalism.html>. Acesso em: 09 jun. 2020.



MARX, Karl. Preface. In: MARX, Karl. **A Contribution to the Critique of Political Economy**. New York: International Publishers, 1970.

RUSSELL, Kathryn. Feminist Dialectics and Marxist Theory. **Radical Philosophy Review**, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 33-54, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. **The Retreat From Class:** a new “true” socialism. London: Verso, 1986.

YATES, Michael D. Class: A Personal Story. In: YATES, Michael D. **Aspects of Class in the U. S.** (A Special Issue on Class: Exploitation, Consciousness, and Struggle). *Monthly Review*, New York, v. 58, n. 3, p. 100-115, jul. 2006.



## Interseccionalidad: observaciones marxistas críticas

RESUMEN: Martha E. Giménez es una profesora argentina emérita de sociología en la Universidad de Colorado, Boulder, que investiga sobre la reproducción social y las relaciones de género, raza y etnia. Autora de *Marx, Women, and Capitalist Social Reproduction Marxist Feminist Essays* (2019), Giménez es también una importante teórica del feminismo marxista. Su texto en cuestión, *Intersectionality: marxist critical observations* (2018) fue publicado originalmente en el volumen 82, n° 2, de *Science & Society Journal* en el Simposio sobre interseccionalidad, que incluye contribuciones de otras reconocidas teóricas feministas marxistas sobre el tema.

PALABRAS CLAVE: Interseccionalidad. Género. Feminismo. Feminismo Marxista.

**Martha E. GIMENEZ**

Department of Sociology, University of Colorado, Boulder.

**Maynara SANTOS**

*Pesquisa sobre relações de gênero, feminismos, trabalho feminino e pós-modernidade.*

<http://lattes.cnpq.br/0512781515801930>

*Recebido em: 14/01/2025*

*Aprovado em: 06/04/2025*